

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA E CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA

Objetivo Geral

Oportunizar o entendimento dos princípios constitucionais, a nível federal e estadual, que norteiam a Organização e Divisão Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, o Estatuto do Servidor Público Estadual e dispositivos correlatos.

Otimizar a compreensão do instituto da responsabilidade disciplinar, aliada à necessidade do cumprimento de deveres.

Desenvolver a ideia de que o exercício de direitos está intimamente ligado ao cumprimento dos deveres.

Contribuir para a capacitação jurídica e funcional dos serventuários participantes do curso.

Aprimorar os serviços prestados pelos diversos auxiliares, na área administrativa e na área judicial, tanto na 1ª quanto na 2ª instância do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Contribuir com a Administração Judiciária no sentido de demonstrar que o conhecimento teórico e prático é a principal ferramenta de modernização das relações entre os membros do Poder Judiciário e seus servidores, bem como, entre o Poder Judiciário e a sociedade em geral.

Incentivar a aplicação do Princípio da Eticidade na vida pública.

Objetivos Específicos

- Localizar topograficamente e enumerar os princípios constitucionais norteadores das leis de organização e divisão judiciárias estaduais e distritais, bem como, os demais atos normativos correlatos;
- Relacionar as normas dispostas na Lei de Organização e Divisão Judiciária Estadual com as regras alinhadas no Estatuto do Servidor Público do Estado do Rio de Janeiro e na Consolidação Normativa Judicial;
- Indicar os diversos órgãos **administrativos** das 1ª e 2ª instâncias e suas respectivas atribuições;
- Indicar os diversos órgãos **judiciários** das 1ª e 2ª instâncias e suas respectivas atribuições;
- Estabelecer as diferenças básicas entre o Regime Jurídico dos Serventuários da Justiça do Estado do Rio de Janeiro e o Regime Jurídico dos Magistrados;
- Citar os direitos e deveres dos servidores do Poder Judiciário.

Metodologia

Exposição verbal. Utilização de *datashow* para reprodução de textos legais e esquemas explicativos em conjunto com a lousa.

Conteúdo Programático

- A Constituição Federal, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro e a subordinação das normas inerentes à administração, regimes jurídicos e divisão do Poder Judiciário.
 - Princípios explícitos e implícitos da Administração Pública;
 - Órgãos do Poder Judiciário (Nacional e Estadual);
 - Regime Jurídico da Magistratura;
 - Garantias e Vedações da Magistratura;
 - Ética Funcional;
 - Regime Próprio de Previdência Social e sua aplicabilidade.
- Disposições Preliminares do CODJERJ.
- Divisão Judiciária e dos Órgãos do Poder Judiciário:
 - Divisão Territorial (regiões judiciárias, comarcas, distritos, subdistritos e circunscrições judiciárias);
 - Criação e Classificação das Comarcas.
- Dos Órgãos do Poder Judiciário da 1ª Instância:
 - Os Juízes de Direito;
 - O Tribunal do Júri;
 - Os Conselhos da Justiça Militar;
 - Os Juizados Especiais e suas Turmas Recursais;
 - Os Juízes de Paz.
- Da Composição, funcionamento e competência do Tribunal de Justiça:
 - Do Presidente e dos Vice-Presidentes;
 - Do Tribunal Pleno;
 - Do Órgão Especial;
 - Conselho da Magistratura;
 - Da Corregedoria Geral da Justiça;
 - Do Corregedor Geral da Justiça;
 - A EMERJ.
- Consolidação Normativa:
 - Corregedoria Geral da Justiça;
 - Estrutura e funcionamento;
 - Atos Normativos;
 - Correições:
 - Permanente;
 - Geral ou Ordinária;
 - Extraordinária;
 - Especial;
 - Parcial.
 - Fiscalizações e Inspeções;
 - Deveres:
 - Deveres dos Responsáveis pela serventia;
 - Horário de Trabalho;
 - Ausência do Escrivão e da vacância da função.
- Dos Auxiliares do Juízo:
 - Analista Judiciário na Especialidade Execução de Mandados – OJA;
 - Analista Judiciário na Especialidade Assistente Social;

- Analista Judiciário na Especialidade Psicólogo;
- Analista Judiciário na Especialidade Comissário de Justiça da Infância e da Juventude.
- Lei nº 4.620 de 11 de outubro de 2005 (Plano de cargos e salários):
 - Disposições gerais;
 - Carreira;
 - Ingresso;
 - Cargos em comissão e funções gratificadas;
 - Remuneração;
 - Disposições finais e transitórias.

Bibliografia Indicada

Regimento Interno do TJ-RJ. Site www.tjrj.jus.br.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado* – 14. ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

XAVIER, Maxwell Pariz. *CODJERJ Comentado* – 3. ed. – Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.

XAVIER, Maxwell Pariz. *Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Rio de Janeiro - Comentado* – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Ferreira, 2011.

Carga horária: 20 horas

<p>Data: 07/07/2011 Revisão: 06 Total de páginas: 03</p>
--